



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **1018391-15.2015.8.26.0566**
Classe - Assunto: **Embargos À Execução - Valor da Execução / Cálculo / Atualização**
Embargante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS**
Embargado: **Augusto Avansi Neto e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

VISTOS.

Trata-se de embargos à execução opostos pela **FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**, contra **AUGUSTO AVANSI NETO**, alegando falha nos cálculos da embargada, que gerou excesso na execução no valor de R\$ 13.171,59 (treze mil, cento e setenta e um reais e cinquenta e nove centavos).

Sustenta que o montante devido foi atualizado erroneamente, devendo ser aplicado o índice de correção monetária previsto na Tabela Prática do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo relativo à Fazenda Pública. Além disso, o exequente equivocou-se quanto ao termo inicial dos juros moratórios, uma vez que, em se tratando de execução proposta contra a Fazenda Pública, esta só é considerada em mora se esgotado o prazo para pagamento do precatório ou da requisição de pequeno valor. Por fim, afirma que o exequente inseriu erroneamente entre as parcelas de IPTU que devem ser restituídas os meses de janeiro de 2009, 2010 e 2011, sendo que não houve pagamento do referido tributo nesses meses. Requer, então, a procedência dos embargos, para a fixação do crédito conforme o cálculo por ele apresentado, no valor de R\$ 17.869,96 (dezessete mil, oitocentos e sessenta nove reais e noventa e seis centavos), atualizado até julho de 2015.

Os embargos foram recebidos às fls. 101.

O embargado manifestou-se, concordando com a alegação de excesso de execução, requerendo, entretanto não seja condenado ao pagamento de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

honorários de sucumbência, uma vez que a sentença não fixou os parâmetros para atualização do montante da condenação (fls. 15).

É O RELATÓRIO.

FUNDAMENTO E DECIDO.

A matéria é exclusivamente de direito, não havendo necessidade de outras provas.

O pedido comporta acolhimento.

O excesso de execução foi bem demonstrado pelo Município embargante, que aliás tornou-se incontroverso diante da concordância do embargado a respeito, sendo, portanto, caso de acolhimento dos embargos.

Ante o exposto, correto o valor apontado pela embargante, razão pela qual julgo procedente o pedido e determino que a execução prossiga pelo valor R\$ 17.869,96 (dezessete mil, oitocentos e sessenta nove reais e noventa e seis centavos), atualizado até julho de 2015.

Em razão da sucumbência, condeno o embargado a arcar com as custas judiciais e honorários advocatícios, fixados, por equidade, em R\$ 500,00 (quinhentos reais), considerando a pequena complexidade da matéria e a repetitividade do questionamento, observando-se, se o caso, o disposto no artigo 12, da Lei nº 1.060/50.

P. R. I. C.

São Carlos, 28 de abril de 2016.